



# Valor econômico do trabalho de mulheres rurais em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs)

## *Economic value of rural women's work in Family-Based Ecological Agroindustrial Systems (SAFEs)*

Milena Demetrio<sup>1</sup> , Marcio Gazolla<sup>1</sup> , Josiane Carine Wedig<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco (PR), Brasil. E-mails: mlndemetrio@gmail.com; marciogazolla1@gmail.com; josiwedig@gmail.com

**Como citar:** Demetrio, M., Gazolla, M., & Wedig, J. C. (2024). Valor econômico do trabalho de mulheres rurais em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(4), e279993. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.279993>

**Resumo:** Este artigo busca analisar as contribuições das mulheres rurais nos Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs), demonstrando quantas horas as famílias agricultoras trabalham em diversas atividades, quanta renda cada atividade gera e a importância do trabalho das agricultoras. Assim, por meio do método de avaliação econômico-financeiro do valor agregado foi possível levantar as horas trabalhadas de todos(as) integrantes da família, em quatro atividades: produção primária, agroindústria, comércio e trabalho doméstico, e, depois, calcular a contribuição financeira individual para a composição da renda familiar. A pesquisa foi aplicada em 12 SAFEs, nos anos de 2020 e 2021, na região Sudoeste do Paraná. Os resultados mostram que, além de desempenharem um papel central no processamento de alimentos, trabalhando cerca de 75% das horas na agroindustrialização, as mulheres participam ativamente da produção primária, na construção de mercados alimentares e da gestão dos SAFEs. Mais ainda, geram, em média, 28 mil reais/ano com o trabalho doméstico não remunerado, sendo 95% das horas trabalhadas por elas. Dessa forma, a pesquisa mostrou que a inclusão produtiva das mulheres não diminuiu sua carga de trabalho em atividades reprodutivas, ocasionando dupla jornada. Mesmo assim, elas buscam maiores níveis de autonomia, independência financeira e ocupam espaços públicos, antes reservados aos homens.

**Palavras-chave:** alimentação, agricultura familiar, economia feminista, valor agregado, desenvolvimento rural e regional.

**Abstract:** This paper aims to analyze the contributions of rural women in Ecologically Based Family Agroindustrial Systems (SAFEs), demonstrating how many hours farming families work in different activities, how much income each activity generates and the importance of women farmers' work. Thus, through the economic-financial assessment method of added value, it was possible to survey the hours worked of all family, in four activities: primary production, agroindustry, commerce and domestic work, and then calculate the individual financial contribution for the composition of family income. The research was applied in 12 SAFEs, in the years 2020 and 2021, in the Southwest region of Paraná. The results show that, in addition to playing a central role in food processing, working around 75% of hours in agroindustrialization, women actively participate in primary production, in the construction of food markets and in the management of SAFEs. Furthermore, they generate, on average, 28 thousand reais/year from non-paid domestic work, with 95% of the hours worked by them. Thus, the research showed that the productive inclusion of women did not reduce their workload in reproductive activities, causing double shifts. Even so, they seek greater levels of autonomy, financial independence and occupy public spaces, previously reserved for men.

**Keywords:** food, family farmers, feminist economics, added value, rural and regional development.

## Introdução

O espaço rural tem sido cenário de grandes transformações ao longo dos últimos anos. Nos sistemas alimentares, do lado da oferta, mudanças foram motivadas pela modernização e pelo aprimoramento das tecnologias empregadas na produção agropecuária. Tais mudanças



prometiam aumentar a oferta de alimentos a ponto de erradicar a fome e promover a inclusão produtiva das famílias agricultoras mais vulneráveis e pobres, no entanto, essa forma de agricultura causou problemas ao meio ambiente, exclusão social, êxodo de agricultoras(es) familiares para os espaços urbanos, e não conseguiu cumprir com a promessa de retirar as pessoas da fome e da insegurança alimentar. Além disso, do lado da demanda, essa forma de proceder dos sistemas alimentares ocasionou problemas de saúde para as(os) consumidoras(es), devido à baixa qualidade dos alimentos, que são ricos em açúcares e gorduras, e pobres em nutrientes (Ploeg, 2008; Siliprandi, 2015).

No entanto, na contramão desse sistema alimentar hegemônico emergem janelas de oportunidade, que propiciam formas de resistência nas cadeias de produção, distribuição e consumo de alimentos. Nesse sentido, a partir dos anos 1990, observa-se o desenvolvimento de iniciativas alternativas, por exemplo, a valorização de alimentos regionais, provenientes da agricultura familiar e dos modos de produção artesanais. Este movimento se deve principalmente devido as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais pela valorização da agricultura familiar que culminaram, por exemplo, na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e na organização social de uma categoria de famílias agricultoras, ativas e operantes nos mercados alimentares (Veiga, 1991; Abramovay, 1992). Além disso, houve o surgimento de consumidores(as) reflexivos(as) e politizados(as), que passaram a exigir alimentos com qualificações diferenciadas, como os ecológicos. Esses alimentos são produzidos sem insumos químicos, alguns possuem denominação de origem, circulam por cadeias curtas de abastecimento e têm maiores níveis de valores agregados, além de respeitarem as práticas de sustentabilidade, estando de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Maluf, 2004; Brunori et al., 2018; Sassateli, 2015).

Nesse contexto, as formas de produção sustentáveis são cada vez mais valorizadas ambientalmente e se tornam mais viáveis economicamente, para as famílias agricultoras, devido ao maior valor agregado que proporcionam. Dentro desse cenário, estão os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs), que são formados por dois subsistemas: o subsistema familiar de produção, onde são geradas as matérias-primas *in natura*, e o subsistema agroindustrial, em que ocorre o processamento e a transformação das matérias-primas em alimentos ecológicos. A força de trabalho e a gestão dos SAFEs são essencialmente familiares e os(as) integrantes da família também são responsáveis pela comercialização dos alimentos, que geralmente ocorrem por cadeias curtas, mercados locais e regionais (Gazolla et al., 2018).

Dentro dos SAFEs, como em outras organizações sociais, existe a divisão sexual do trabalho, em que os(as) integrantes da família desempenham funções de acordo com convenções sociais e de gênero. Neste contexto, estudos evidenciam que as mulheres são as maiores consumidoras de alimentos orgânicos (Sousa, 2019). Além disso, nos processos de transição ecológica e na criação de agroindústrias familiares, nota-se uma maior participação ativa delas (Siliprandi, 2015). Apesar disso, seu trabalho é frequentemente subestimado nas estatísticas oficiais, que não contabilizam o trabalho doméstico, de cuidados e as atividades não econômicas ligadas a trocas e doações de alimentos, além do consumo de produtos agrícolas produzidos por elas em seus quintais (Pacheco, 1997).

O objetivo deste estudo é analisar as contribuições das mulheres rurais nos SAFEs, demonstrando quantas horas as famílias agricultoras trabalham nas diversas atividades, quanta renda cada atividade gera e a importância do trabalho das agricultoras. Assim, a metodologia utilizada foi quantitativa, levantando-se os dados de 12 SAFEs, nos anos de 2020 e 2021, na região Sudoeste do Paraná, segundo o método do valor agregado (Lima et al., 1995). Esse método permite realizar a avaliação econômico-financeira dos SAFEs, a elaboração do calendário de

força de trabalho das mulheres e dos homens, ferramenta que possibilita identificar as horas trabalhadas e os valores (R\$) de cada integrante da família, por ano, nas quatro atividades consideradas pelo estudo: produção primária, agroindústria, comércio e, de forma inovadora pelo estudo, no trabalho doméstico.

Este artigo está dividido em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima, discute-se o referencial teórico da pesquisa, perpassando os conceitos de SAFEs e mulheres rurais. Na segunda, apresenta-se a metodologia da pesquisa utilizada. Na terceira, descreve-se e se analisam os principais resultados da investigação.

### **Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs) e mulheres rurais**

O conceito de SAFE é concebido a partir da Teoria Geral dos Sistemas, a qual afirma que um sistema é um todo indivisível, interconectado e interdependente, que têm vários níveis e subníveis. Dessa forma, os SAFEs são um tipo de sistema produtivo/agroindustrial, que representa um subsistema menor dentro dos sistemas agrários, os quais são, por sua vez, também subsistemas dentro de outros sistemas mais genéricos, como, por exemplo, os tecnológicos, sociais, econômicos, entre outros (Capra, 2006).

Os SAFEs são conceituados como sistemas de produção de matérias-primas, fibras e produtos agropecuários, que são processados em plantas agroindustriais de pequena e média escala, utilizando-se dos conhecimentos e da força de trabalho de famílias agricultoras, gerando alimentos artesanais e ecológicos, que possuem maiores níveis de valor agregado e que são comercializados por cadeias curtas alimentares. Assim, são formados por dois subconjuntos básicos: produção primária das matérias-primas e elaboração agroindustrial e artesanal dos alimentos (Gazolla et al., 2018).

No âmbito dos sistemas alimentares, os SAFEs se apresentam como uma das rotas de (re)qualificação alimentar frente às novas exigências de consumidoras(es) politizadas(os) e reflexivas(os), as(os) quais contestam a cultura de consumo das sociedades modernas e a baixa qualidade dos produtos alimentícios fornecidos pelas indústrias. Barrett et al. (2020) afirmam que os sistemas alimentares hegemônicos e globalizados fracassaram em promover o bem-estar para todas as pessoas em dois sentidos: ao deixar de garantir dietas saudáveis e sustentáveis e ao não fornecer meios de vida equitativos e dignos para grande parte da população mundial que trabalham nas cadeias de produção de alimentos, desde plantações até restaurantes.

Segundo Fanzo et al. (2020), os sistemas alimentares são intrinsecamente ligados à saúde, ao meio ambiente, à cultura, à política e à economia. Dessa forma, as dietas são moldadas pelos sistemas alimentares, os quais atualmente são responsáveis por gerar Doenças Alimentares Não Transmissíveis (DANTS), que contribuem para 11 milhões de mortes por ano, ocasionadas pela oferta de alimentos baratos, ultra processados, ricos em calorias e pobres em nutrientes, encontrados principalmente em países de baixa renda. Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), *Global Panel* (Food and Agriculture Organization, 2017), das 11 doenças que mais matam mundialmente, seis delas tem a ver com a alimentação (dietas desequilibradas, aumento da pressão sanguínea, obesidade, má nutrição, altos níveis de açúcar e colesterol sanguíneo).

Dessa forma, surge a tendência da busca por uma alimentação saudável, indicada por profissionais da saúde, por alimentos com denominação de origem e atributos artesanais, comercializados de maneira justa e que enfatizem o sabor e o prazer de comer, retomando a alimentação com um ato social (Barbosa, 2009). Nesse sentido, os SAFEs se apresentam como

uma estratégia de agregação de valor alimentar, devido às características naturais, artesanais, ecológicas e de preservação da culinária local e regional que seus produtos e alimentos possuem. Além disso, as famílias agricultoras, geralmente, comercializam seus alimentos em mercados socialmente construídos, em nível local e territorial com agentes de distribuição de ação coletiva, abastecendo consumidoras(es) que apreciam alimentos elaborados e diferenciados em seus atributos de qualidade superior, que são identificados com selos, indicações geográficas, denominação de origem, entre outros (Wilkinson, 2008).

Segundo Bastian et al. (2014), uma agroindústria é uma unidade de produção onde o processo de transformação de matérias-primas agrícolas e a comercialização dos alimentos e produtos é feita pelas(os) agricultoras(es). Já, segundo Mior (2005), o processamento de alimentos, geralmente, é feito nas cozinhas das famílias agricultoras, pelas mulheres, sendo o valor agregado desses alimentos ligado à produção manual gerada pelo saber-fazer das agricultoras, passado de geração em geração. Essa atividade artesanal evidencia a existência de aspectos culturais ligados aos hábitos alimentares regionais e locais. Além da venda, o processamento de alimentos se volta para o autoconsumo das famílias, fato demonstrado por Gazolla et al. (2022), que afirmam que as agroindústrias consomem cerca de 35% de sua produção, possuindo papel destacado na garantia da segurança alimentar e nutricional do próprio grupo doméstico.

No Brasil, o Censo Agropecuário de 2017 identificou a presença de 852.639 estabelecimentos rurais que trabalham com processamento de alimentos, que representam 16,8% do total dos estabelecimentos do país. A região Sul representa 23,8% dos estabelecimentos com agroindústrias, sendo que o estado do Paraná tem 24.812 estabelecimentos (8,13%) com agroindústrias rurais, destas 19.802 (79,8%) unidades de produção são da agricultura familiar e apenas 5.010 (20,2%) são da agricultura não familiar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; Gazolla et al., 2022).

A literatura evidencia que muitas dessas agroindústrias são criadas pelas mulheres rurais (Siliprandi, 2015). Além disso, as agricultoras atuam no cuidado com a família e nas tarefas domésticas ligadas a reprodução. A divisão sexual do trabalho, das sociedades modernas, convencionou que existem “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”. Aos primeiros foram atribuídos cargos de liderança, devido a sua suposta natureza forte, determinada e viril; e, as mulheres foram associadas a atividades de cuidado e ensino, devido a sua suposta natureza amável, paciente e dócil. Assim, a participação delas na sociedade, sobretudo em termos políticos, faz-se através de lugares subordinados aos homens, aos quais ficaram reservados espaços de decisão e poder, o que tornou as mulheres excluídas da esfera pública (Hirata & Kergoat, 2007).

Para Federici (2019), o trabalho doméstico, desempenhado gratuitamente pelas mulheres, diferencia-se dos outros, pois entra no campo da manipulação disseminada e da violência sutil. Para a autora, toda a classe trabalhadora é explorada pelo capitalismo, entretanto, o trabalho assalariado é reconhecido e passa certa impressão de “justiça”, pois ter um salário faz parte de um contrato social. A diferença do trabalho doméstico está na imposição social e na transformação de tarefas em um atributo natural da psique e personalidade femininas, considerado como não trabalho.

Essa foi a forma do capitalismo fazer com que as mulheres aceitassem trabalhar sem remuneração: transformar o trabalho doméstico em algo que é definido como da natureza das mulheres, que traz plenitude a elas, sendo inevitável. Da mesma forma, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem normalizado a crença de que essas atividades não são trabalho, impedindo que as mulheres lutem contra ele, e que sejam ridicularizadas quando

lutam. Ser dona de casa não é um traço biológico com o qual as mulheres nascem, “tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários” feitos por uma mãe que não é remunerada, a fim de preparar as mulheres para desempenhar esse papel, além de convencê-las de que a família é a maior dívida que ela pode esperar da vida (Federici, 2019, p. 43).

Assim, o trabalho doméstico se torna socialmente imposto às mulheres. Sobre essa análise, a Economia Feminista analisa quais os impactos dessas obrigações nos processos de desenvolvimento. Também, propõe atualizações dos métodos e práticas econômico-financeiras, para que considerem o trabalho doméstico e de cuidados em suas análises, buscando visibilizá-lo. A economia é parte da vida social e cotidiana e não deve ser reservada para especialistas, mas ser acessível a toda população, por sua importância nas mais diversas esferas do dia a dia e, principalmente, na configuração do trabalho remunerado e não remunerado (Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola, 2020).

Polanyi (2000) afirma que as relações humanas nunca foram puramente econômicas, mas permeadas por elementos sociais, culturais e étnicos, por estarem imbricadas no tecido social. O autor demonstra que o conceito de *homo oeconomicus* surgiu somente na formação das sociedades de mercado modernas, transformando seres humanos em meros maximizadores de utilidade. A luta para melhoria de condições individuais gerou avanços para alguns indivíduos, mas, de forma alguma, a melhoria mútua de condições sociais para todas as pessoas. Além disso, nem todas as trocas passam pela lógica dos mercados, pois existem atividades da economia informal, que são atravessadas pelas relações sociais.

Para as mulheres do campo, a desigualdade de gênero se apresenta de várias formas. A distribuição desigual do trabalho pode ser considerada uma dessas formas, já que elas têm uma dupla jornada diante das diversas atividades que desempenham nas unidades de produção agrícolas. Elas trabalham nas hortas, cuidam de animais, participam do trabalho nas lavouras, fazem os serviços domésticos e de cuidados, além de atuar no processamento dos produtos para assegurar a alimentação da família e para venda. Além disso, elas ainda são minoria em espaços de decisão, administração da renda e como gestão da produção ou titulares da terra (Heredia & Cintrão, 2006).

Boni (2005) e Paulilo (2016) expõe que as unidades de produção geralmente são chefiadas pelos homens, sendo eles quem delegam as demais atividades para as(os) demais integrantes da família. Na separação entre trabalho produtivo e reprodutivo (ou “pesado” e “leve”), o chefe da família fica encarregado da produção e a esposa/mulher e suas(seus) filhas(os) ficam a cargos de serviços “auxiliares”. Schwendler (2009) afirma que a decisão sobre o que produzir, bem como a venda e o acesso aos mercados frequentemente é feito pelos homens, cabendo às mulheres atividades restritas à esfera privada, onde vão produzir os bens e prestar serviços aos familiares. A autora destaca, ainda, que mesmo quando as mulheres desempenham atividades classificadas como produtivas nas unidades, na maioria das vezes, não cabe a elas decidir sobre o modo de produção que será empregado, sobre as negociações de compra de insumos ou venda de produtos e sobre o acesso aos créditos e financiamentos.

Paulilo (2016) afirma que a distinção entre trabalhos “pesados” e “leves” não é definido pelas características ou dificuldade de execução das tarefas, mas pela posição ocupada na hierarquia familiar. Em diálogo com a autora, Brumer (2004), explica que as tarefas executadas no espaço produtivo (destinadas para venda) frequentemente são consideradas um esforço coletivo, nas quais são invisibilizadas as contribuições das mulheres. O contato com extensionistas, bancos, sindicatos e cooperativas, majoritariamente, é feito pelos homens; a elas é bloqueado o acesso



a conhecimentos tecnológicos, para administrar a unidade de produção e os recursos gerados pela venda da produção.

Paulilo (2016) ainda observou que as mulheres e moças trabalham tanto quanto os homens nas unidades familiares e a dificuldade de mensuração de seu trabalho se dá, principalmente, porque as atividades agrícolas de autoconsumo são consideradas uma extensão do trabalho doméstico, mesmo quando é feita a venda de excedentes. A autora afirma que a inserção das mulheres em atividades produtivas não reconfigura os papéis atribuídos a elas na unidade familiar, pelo menos não em curto prazo. Isso acontece porque o seu trabalho, mesmo quando gera valores monetários, é configurado como “ajuda” e continua visto como subsidiário ao trabalho dos homens.

A desvalorização do trabalho das mulheres fica evidente quando se percebe que, em vários contextos de pesquisa, ele é identificado como “ajuda” ao trabalho dos homens, mesmo quando elas representam cerca de 43% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento (Food and Agriculture Organization, 2011). Essa falta de reconhecimento e complementariedade acaba por deixar a cargo delas atividades que não geram renda, ou que geram pouca renda, e fazem com que seus esforços sejam invisibilizados. A invisibilidade do trabalho das mulheres é uma questão que precisa ser debatida, pois mesmo quando elas exercem trabalho gratuito, suas atividades transformam a renda da unidade familiar em um meio de vida e reprodução do coletivo.

### **Metodologia da pesquisa: o método do valor agregado e os SAFEs investigados**

Esta pesquisa é de caráter quantitativo, já que se aplicou o método de avaliação econômica do sistema produtivo agroindustrial, em que foi calculado o valor agregado alimentar e dos custos produtivos, a partir de uma análise econômico-financeira dos SAFEs. Foram avaliadas as linhas de produção *in natura* (por exemplo, lavouras e hortas) e agroindustriais (por exemplo, mel orgânico e panificados), além de análises relacionadas ao calendário da força de trabalho em espaços produtivos (atividades agropecuárias, agroindústrias e comerciais) e, de forma inovadora, nos reprodutivos (trabalho doméstico) (Lima et al., 1995).

Através da aplicação do método do valor agregado foi possível identificar onde estão os maiores custos e as rendas dos SAFEs, permitindo que as(os) agricultoras(es) possam tomar decisões mais assertivas na administração de seus recursos produtivos. Assim, o cálculo pode subsidiar decisões, como aumento de preços dos alimentos, aumento de produção de determinados alimentos mais rentáveis ou diminuição de atividades com pouco retorno, diminuição do custo de insumos e distribuição do valor agregado, avaliação de capacidade de pagamento para tomada de crédito, planejamento com base em uma renda média mensal, entre outras decisões que podem ser tomadas com base em informações econômico-financeiras, disponibilizadas pelo método.

As equações que formam o cálculo do método de análise do valor agregado são expostas no Quadro 1. A primeira equação diz respeito ao valor agregado (VA), o que é descoberto ao se subtrair a depreciação (D) e o consumo intermediário (CI) da produção bruta (PB). A segunda equação demonstra o cálculo do valor agregado bruto (VAB), em que se subtrai o consumo intermediário (CI) da produção bruta (PB). Através da terceira equação, obtém-se o valor agregado líquido (VAL), o qual é auferido, subtraindo-se a depreciação (D) do valor agregado bruto (VAB). Por fim, obtém-se a renda agroindustrial (RAI), através da subtração da divisão do valor agregado (DVA) do valor agregado (VAL).

**Quadro 1** – Equações de cálculo do método de análise do valor agregado

$VA = PB - CI - D$
$VAB = PB - CI$
$VAL = VAB - D$
$RAI = VAL - DVA$

Fonte: Lima et al. (1995).

O Quadro 2 apresenta a definição de cada uma das variáveis que compõe o cálculo:

**Quadro 2** – Definição das variáveis do método do valor agregado

<b>Depreciação (D):</b> A depreciação é um custo produtivo que as famílias agricultoras possuem com o desgaste de sua infraestrutura produtiva, especificamente seus capitais fixos, que tendem a perder valor pelo uso, tempo de vida e obsolescência tecnológica.
<b>Consumo Intermediário (CI):</b> São todos os custos com insumos e serviços que adentram o processo de produção das unidades produtivas, excetuando-se os custos com a força de trabalho. São bons exemplos de desembolsos com consumo intermediário, a aquisição de sementes, os corretivos do solo, as rações, entre outros.
<b>Divisão do Valor Agregado (DVA):</b> São todos os custos associados ao pagamento de serviços, empréstimos, arrendamentos, juros, impostos e força de trabalho contratada na unidade de produção. Possui esse nome, porque na prática, o(a) agricultor(a) divide sua riqueza gerada com os demais agentes econômicos e produtivos da sociedade e do Estado.
<b>Produção Bruta (PB):</b> É obtida a partir da multiplicação das quantidades físicas de cada produto comercializado com seu respectivo preço (PB: P x Q). Exceção é a produção para autoconsumo, em que foram usados os dados anuais médios, em reais, declarados pelos(as) agricultores(as). Entretanto, também se soma a ela outras receitas, como arrendamentos, prestação de serviços, transferências sociais e do Estado via políticas públicas, receitas de atividades não agrícolas, de pluriatividade, entre outras.
<b>Valor Agregado (VA):</b> É definido como o valor da produção bruta restante, depois de descontados desta as parcelas do consumo intermediário e depreciações. O valor agregado indica o quanto um sistema produtivo consegue gerar de riqueza, a partir da conjugação dos seus fatores de produção (recursos naturais, capital, força de trabalho e tecnologia). Esse indicador também pode ser calculado em termos brutos e líquidos (VAB e VAL).
<b>Renda Agroindustrial (RAI):</b> Representa a parcela do valor agregado que resta, após ser subtraído deste os valores da divisão do valor agregado. Também, pode ser conceituado, alternativamente, como o excedente econômico retido, depois de descontados da produção bruta os custos totais de produção (fixos + variáveis) de um sistema produtivo. É a parcela de recursos financeiros sobranes à família agricultora, geralmente utilizada para sua reprodução e para o reinvestimento na unidade de produção (ecológica).

Fonte: Lima et al. (1995).

A inovação introduzida no método é que a partir desses indicadores de custos produtivos, valor agregado e renda agroindustrial existe a possibilidade de calcular o valor agregado do trabalho das(os) integrantes da família no trabalho doméstico, algo que até então não era previsto no método. Essa operação metodológica pioneira foi realizada modificando o calendário da força de trabalho dos SAFEs, que originariamente computava as horas trabalhadas pela família como um todo, nas atividades da agricultura, agroindústria e comercialização dos alimentos. Introduziu-se duas novidades metodológicas nesse calendário: a) o trabalho doméstico passa a ser a quarta atividade em que se computam as horas trabalhadas do agregado familiar; b) mede-se as horas trabalhadas para todos(as) do grupo doméstico, de forma que é possível separar e analisar as mesmas por gênero (homens e mulheres).

Para isso, foi auferida a quantidade de unidades de trabalho humano (UTHs) do trabalho doméstico, assim como da produção agrícola, da agroindústria e da comercialização, os quais formam o calendário de força de trabalho e do valor de trabalho dos(as) integrantes da família. O método considera que uma UTH é referente a uma pessoa trabalhando 2.400 horas por ano, que dariam, em média, 8 horas por dia, durante 300 dias. Para levantar os dados de horas trabalhadas, perguntou-se a cada integrante quantas horas por dia trabalhavam em determinada atividade. Então, essas horas diárias foram transformadas em horas semanais, mensais e, por fim, anuais, em cada atividade. Essa distribuição permitiu analisar a divisão sexual do trabalho nos SAFEs, uma vez que detalhou a rotina de todos(as) da família em atividades produtivas e reprodutivas.

A contabilização do trabalho doméstico representa um avanço metodológico que pode auxiliar na resolução do problema da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, visto que inclui o valor agregado das atividades desempenhadas por elas. Não foi possível abranger a dimensão do trabalho de cuidados, devido a simultaneidade em que essas tarefas ocorrem, pois, frequentemente, as mulheres estão limpando a casa e cuidando dos(as) filhos(as) ao mesmo tempo, por exemplo.

A coleta de dados financeiros das agroindústrias foi realizada através do projeto intitulado “Custos produtivos e valor agregado em cadeias curtas de agroindústrias familiares”, que teve financiamento da UTFPR. O projeto teve como objetivos auferir os valores agregados dos sistemas *agroindústrias in natura* e de fabricação de alimentos, além de medir os custos de produção. Ao todo foram coletados dados de doze (12) experiências familiares de agroindustrialização de alimentos, todas de base ecológica, dispersas em vários municípios da Região Sudoeste. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário que detalhou a quantidade produzida e o preço de comercialização de cada item, além dos diversos custos relacionados a produção durante o ano imediatamente anterior à pesquisa.

A Tabela 1 mostra os municípios onde os 12 SAFEs realizam suas atividades, o ano de criação, o número de integrantes da família, os alimentos produzidos e a área total de terras. Esses SAFEs são definidos como ecológicos ou o que a literatura denomina em processo de transição ecológica, tanto do ponto de vista da produção das matérias-primas, como os processos de elaboração agroindustrial e artesanal dos alimentos. Alguns possuem atividades além da agroindustrialização, como lavouras e criações animais, que nem sempre são ecológicas, estes foram considerados “em transição ecológica”.

**Tabela 1** – Características dos SAFEs investigados

SAFEs	Município	Ano de criação	Integrantes	Alimentos e produtos	Área (há)
1	Chopinzinho	2018	3	Morango, leite, panificados, diversificado.	29,04
2	Coronel Vivida	2009	2	Panificados, hortifruti, diversificado.	12,1
3	Vitorino	2017	4	Hortaliças minimamente processadas.	9,6
4	Pato Branco	2004	5	Hortaliças minimamente processadas.	6
5	Honório Serpa	2006	4	Mel e leite.	31
6	Honório Serpa	2013	3	Hortaliças minimamente processadas.	9,6
7	Pato Branco	2000	3	Hortifruti e derivados de cana-de-açúcar.	3
8	Palmas	2019	4	Hortifruti, molhos e geleias.	7,26
9	Pato Branco	2015	4	Morangos.	2,5
10	Pato Branco	2018	3	Panificados.	25
11	Honório Serpa	2011	4	Panificados, feijão e trigo.	22,3
12	Coronel Domingos Soares	2016	3	Hortaliças minimamente processadas.	9,3
<b>Soma</b>			<b>42</b>		<b>236,7</b>
<b>Média</b>			<b>3,5</b>		<b>13,89</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).



A maioria dos SAFEs produz hortaliças minimamente processadas ou hortifruti (7), sendo que os panificados também merecem destaque (4). A produção dos SAFEs é bastante diversificada e eles conseguem comercializar os alimentos para mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para empresas privadas, como restaurantes e sorveterias, para cooperativas, para as feiras e diretamente para as(os) consumidoras(es), através de mercados digitais, como *WhatsApp* e venda presencial.

Na pesquisa ocorreu a organização desses dados em um banco individual/por SAFEs e, posteriormente, em um banco agregado, utilizando o *Software Microsoft Excel*. Após essas etapas, foram realizadas análises econômico-financeiras de cada uma delas, onde foi possível identificar a rentabilidade e os custos das linhas de produção, assim como analisar o valor da força de trabalho familiar (UTHs), nas atividades: produção primária, agroindústria, comércio e trabalho doméstico. Após as análises dos dados, utilizando-se as técnicas da estatística descritiva, foram construídas as ilustrações que constam nos resultados. Devido à pandemia, as entrevistas foram feitas *on-line* ou por telefone, entre setembro e novembro de 2021.

### **A participação nos processos de trabalho e econômica das agricultoras nos SAFEs**

Os resultados da pesquisa em relação às mulheres agricultoras familiares envolvidas na criação dos SAFEs são apresentados nesta seção. Os dados de campo demonstraram que o trabalho delas foi fundamental para a criação e o funcionamento das unidades de produção. Em muitos casos, a mudança no modo de produção partiu de uma iniciativa e do estímulo delas, principalmente pelo desejo de uma vida mais saudável e conectada com a natureza.

A maioria optou por produzir alimentos ecológicos visando à saúde da família e das(os) consumidoras(es), o que reflete a importância atribuída ao SAFE, que vai além de ser uma fonte de renda, proporcionando autonomia, reconhecimento, socialização e bem-estar. Dessa forma, foi possível identificar a participação ativa das mulheres em todas as etapas da criação do SAFE, desde a produção primária até a gestão financeira e a comercialização dos alimentos. Além disso, a maior parte das agricultoras (83,33%) participaram de cursos de capacitação em áreas relacionadas à agricultura, ao processamento de alimentos e à gestão, promovidas por instituições locais. Parte delas também recebeu apoio de prefeituras, cooperativas e organizações de apoio à agricultura familiar.

As agricultoras relataram que dificuldades financeiras, falta de apoio institucional inicial e desigualdades de gênero foram seus principais desafios. Os dados de campo demonstraram, também, que a maior participação de mulheres (técnicas, agrônomas etc.) em instituições privadas e públicas democratizou o espaço às mulheres rurais, que antes não eram incluídas em atividades realizadas em espaços públicos. A gestão da renda varia entre as famílias, com alguns casais compartilhando e gerindo a renda conjuntamente, enquanto em outros casos, a renda é dividida entre as atividades de agroindustrialização (mulheres) e da lavoura (homens). Nesse sentido, a participação das mulheres vai além de atividades reprodutivas no âmbito privado, pois, na maioria das vezes, elas desempenham papéis nos espaços públicos.

Esse aspecto pode demonstrar uma tendência de mudança dos papéis sociais de gênero nos espaços rurais. Boni (2005), Paulilo (2016) e Schwendler (2009) observaram, em seus contextos de pesquisa, que a realidade das agricultoras, em muitos casos, era de total exclusão da gestão financeira e das atividades, como contato com a assistência técnica, instituições e construção dos mercados. No entanto, mesmo exercendo um conjunto de atividades no espaço público, em todos os casos elas eram responsáveis pelo trabalho doméstico. Isso indica que

as agricultoras estão cada vez mais ativas na produção, processamento e administração dos recursos, entretanto, os homens não estão participando (ou participam pouco) das atividades ligadas à reprodução da família. Esse fato é confirmado pelo Censo Agropecuário de 2017, o qual mostra que as mulheres dedicam cerca de 21,3 horas semanais para o trabalho doméstico e de cuidados, enquanto os homens, 10,9 horas semanais (Agência de Notícias IBGE, 2019).

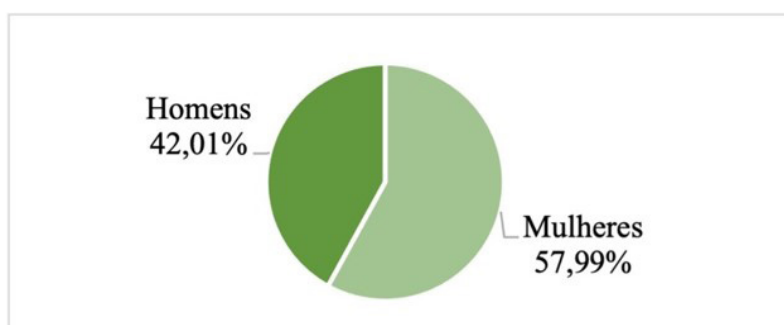
O total de horas trabalhadas por gênero é apresentado na Tabela 2. As horas totais trabalhadas nos SAFEs somam 103.995,00 horas por ano, sendo que 62.610,00 (60,20%) são trabalhadas pelas mulheres e 41.385,00 (39,79%) pelos homens. Observa-se que, em sua totalidade, as mulheres trabalham 21.225 horas a mais do que os homens, grande parte devido ao trabalho doméstico. A média de horas trabalhadas pelas mulheres é de 57,99% contra 42,01% dos homens. Os dados levantados pela pesquisa de campo demonstram que, ao incluir o trabalho doméstico na conta, as mulheres trabalham cerca de 1.768,75 horas a mais do que os homens, representando 16% a mais das horas trabalhadas o que se deve, principalmente, ao trabalho doméstico que representa cerca de 14% das horas totais trabalhadas pelas agricultoras.

**Tabela 2** – Horas anuais trabalhadas nos SAFEs por gênero

SAFE	Total de Horas	Mulheres (Hr)	%	Homens (Hr)	%
1	7455	3180	42,66	4275	57,34
2	5850	3090	52,82	2760	47,18
3	13200	8700	65,91	4500	34,09
4	12390	5790	46,73	6600	53,27
5	8790	5190	59,04	3600	40,96
6	7200	4200	58,33	3000	41,67
7	8100	6900	85,19	1200	14,81
8	5400	600	11,11	4800	88,89
9	12690	9690	76,36	3000	23,64
10	11400	7800	68,42	3600	31,58
11	7350	4800	65,31	2400	34,69
12	4200	2700	64,29	1500	35,71
<b>Média</b>	<b>8.666,25</b>	<b>5.217,50</b>	<b>57,99</b>	<b>3.448,75</b>	<b>42,01</b>
<b>Total</b>	<b>103.995,00</b>	<b>62.610,00</b>	<b>-</b>	<b>41.385,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Federici (2019) afirma que o valor social do trabalho doméstico e de cuidados com as(os) filhas(os) é pouco discutido, mas sem esse trabalho a sociedade, como se conhece, não existiria. Isso porque gerar, cuidar e educar são atividades que garantem a continuidade da humanidade. A Figura 1 mostra a distribuição das horas trabalhadas entre homens e mulheres.



**Figura 1** – Média das horas trabalhadas por gênero. Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Para Paulilo (2013, p. 291), essa sobrecarga de trabalho destinada às mulheres tem muito a ver com a divisão de tarefas que é implícita no casamento. A autora afirma que: “ao se casarem, homens e mulheres estabelecem uma espécie de contrato, mesmo que não escrito, segundo o qual cada um desempenha sua parte e há uma expectativa de reciprocidade entre os dois.”. Entretanto, o que se nota é que nas atividades ligadas ao trabalho doméstico e ao cuidado das(os) filhas(os) a reciprocidade masculina está pouco presente, fato que pode ser observado nos SAFEs investigados.

Na sequência, apresenta-se esse total de horas trabalhadas por gênero, considerando as quatro atividades que a pesquisa englobou: horas dedicadas à produção primária, no processamento dos alimentos na agroindústria, nos processos de comercialização e no trabalho doméstico. A Tabela 3 apresenta as horas anuais trabalhadas na produção primária.

**Tabela 3** – Horas anuais trabalhadas na produção primária por gênero

SAFE	Produção primária (Hr)	Produção primária (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	4018,5	54,12	598,5	14,89	3420	85,11
2	2241	38,31	309	13,79	1932	86,21
3	5040	38,18	2790	55,36	2250	44,64
4	7218	58,26	2058	28,51	5160	71,49
5	5496	62,53	2796	50,87	2700	49,13
6	2399,4	33,33	1499,4	62,49	900	37,51
7	2070	25,56	2070	100	0	0,00
8	3600	66,67	0	0,00	3600	100,00
9	5736	45,20	3336	58,16	2400	41,84
10	4230	37,11	630	14,89	3600	85,11
11	2400	32,65	0	0,00	2400	100,00
12	1950	46,43	1350	69,23	600	30,77
<b>Média</b>	<b>3.866,58</b>	<b>44,86</b>	<b>1.453,07</b>	<b>39,02</b>	<b>2.413,5</b>	<b>60,98</b>
<b>Soma</b>	<b>46.398,90</b>	<b>-</b>	<b>17.436,9</b>	<b>-</b>	<b>28.962</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A produção primária abrange cerca de 45% das horas trabalhadas pela família. Nessa atividade, as mulheres trabalham 1.453,07 horas (39,02%) e os homens trabalham 2.413,5 horas (60,98%). Observa-se que as mulheres que trabalham menos horas na produção primária o fazem, porque enquanto os homens estão nessa atividade, elas estão ocupadas com o trabalho doméstico. Em seis casos, as mulheres trabalham mais horas do que os homens na produção agrícola, nesses casos, elas estão ativamente envolvidas com as decisões de produção, sendo que em um dos casos (SAFE 7), todas as decisões sobre a produção primária ficam a cargo da agricultora. Isso mostra um cenário diferente de outra pesquisa, em que as mulheres eram excluídas não só das decisões de produção, mas também da construção dos mercados e das diversas atividades no âmbito público (Schwendler, 2009).

O total de horas trabalhadas na agroindústria pode ser observado na Tabela 4. O processamento dos alimentos corresponde a 27,55% das horas totais trabalhadas, em média 2.408,68 horas por ano. A partir desses dados, é possível afirmar que as mulheres são a principal força de trabalho quando se trata do processamento dos alimentos, pois elas trabalham cerca de 1.894,93 horas por ano nessa atividade (75,64% das horas totais), enquanto os homens trabalham 513,75 horas anuais (24,36%). Esse dado corrobora com o exposto por Mior (2005), sobre o protagonismo das mulheres no processamento dos alimentos nas agroindústrias.

**Tabela 4** – Horas anuais trabalhadas na agroindústria, por gênero

SAFE	AGR (Hr)	AGR (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	1795,5	24,18	1480,5	82,46	315	17,54
2	1236	21,13	1236	100	0	0,00
3	5070	38,41	3720	73,37	1350	26,63
4	2058	16,61	2058	100	0	0,00
5	1758	20,00	1038	59,04	720	40,96
6	3000,6	41,68	900,6	30,01	2100	69,99
7	2070	25,56	2070	100	0	0,00
8	1200	22,22	0	0,00	1200	100
9	3336	26,29	3336	100	0	0,00
10	3930	34,47	3930	100	0	0,00
11	2160	29,39	2160	100	0	0,00
12	1290	30,71	810	62,79	480	37,21
<b>Média</b>	<b>2.408,68</b>	<b>27,55</b>	<b>1.894,93</b>	<b>75,64</b>	<b>513,75</b>	<b>24,36</b>
<b>Soma</b>	<b>28.904,10</b>	<b>-</b>	<b>22.739,10</b>	<b>-</b>	<b>6.165</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A maior participação das mulheres no processamento dos alimentos também pode ser relacionada a sua responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, pois elas não produzem alimentos apenas para a venda, mas, também, para o autoconsumo das famílias, como exposto pelos trabalhos de Henning (2010), Bastian et al. (2014) e Gazolla et al. (2022). O autoconsumo figura um importante papel na reprodução social das famílias agricultoras, principalmente no âmbito da sua segurança alimentar e nutricional. Esse trabalho, geralmente, fica a cargo das mulheres, por isso elas também são as que mais participam do trabalho nas agroindústrias.

A comercialização é a atividade que menos ocupa tempo das famílias agricultoras, sendo 1048 horas anuais de trabalho, que representam cerca de 12% das horas totais, conforme exposto na Tabela 5. As mulheres trabalham cerca de 568 horas nessa atividade enquanto os homens trabalham 480 horas. Dessa forma, o trabalho das mulheres representa 59,77% das horas totais de comércio, enquanto o dos homens representa 40,23%. É importante salientar que as mulheres têm grande participação nessa atividade, principalmente, porque são elas que fazem os atendimentos via *WhatsApp*, algo que aumentou muito durante o isolamento social requerido pela pandemia, somado aos crescentes processos de digitalização em várias atividades econômicas e nos mercados alimentares (Niederle et al., 2021).

**Tabela 5** – Horas anuais trabalhadas na comercialização por gênero

SAFE	Comércio (Hr)	Comércio (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	504	6,79	189	37,50	315	62,50
2	1446	24,72	618	42,74	828	57,26
3	900	6,82	0	0,00	900	100
4	1719	13,87	279	16,23	1440	83,77
5	519	5,90	339	65,32	180	34,68
6	600,6	8,34	600,6	100	0	0,00
7	2235	27,59	1035	46,31	1200	53,69
8	300	5,56	300	100	0	0,00
9	1569	12,36	969	61,76	600	38,24
10	1260	11,05	1260	100	0	0,00
11	960	13,06	960	100	0	0,00
12	570	13,57	270	47,37	300	52,63
<b>Média</b>	<b>1.048,55</b>	<b>12,47</b>	<b>568,3</b>	<b>59,77</b>	<b>480,25</b>	<b>40,23</b>
<b>Soma</b>	<b>12.582,60</b>	<b>-</b>	<b>6.819,6</b>	<b>-</b>	<b>5.763</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Elas também participam das feiras e fazem vendas em seus domicílios, quando os clientes vão buscar os alimentos. Assim, os dados demonstram que pode haver um movimento de transformação dos lugares que as agricultoras ocupam, pois nas pesquisas desenvolvidas anteriormente por Paulilo (1987), Boni (2005), Heredia & Cintrão (2006), as autoras observaram que nos contextos por elas investigados, as mulheres ficavam mais atreladas aos espaços privados, encarregadas da produção e dos cuidados com o lar. Nesse sentido, os SAFEs ecológicos podem oferecer a elas um espaço de socialização com as(os) consumidoras(es), tanto pelas vias das vendas pelas cadeias curtas de abastecimento, quanto pelo contato com instituições, sindicatos e associações. Nesse sentido, pode-se observar que as mulheres têm grande protagonismo na criação e consolidação de mercados alimentares e canais de comercialização, pois em quatro casos (SAFE 6, 8, 10 e 11) foi evidenciado que as mulheres fazem 100% do comércio dos SAFEs.

A Tabela 6 expõe os dados das horas do trabalho doméstico. Essa atividade representa 15,12% das horas totais trabalhadas nos SAFEs, em média 1.342 horas por ano. O trabalho doméstico é desempenhado predominantemente pelas mulheres, sendo que apenas nos SAFEs 1, 2 e 12 há participação masculina nessas tarefas, realizada pelos filhos do casal. Em nenhum dos casos estudados existe divisão do trabalho doméstico com os esposos. Dessa forma, as mulheres trabalham 1.301 horas anuais nessa atividade, representando 95,06% das horas totais, em comparação a 41 horas anuais dos homens (filhos), que representam 4,94% das horas totais.

**Tabela 6** – Horas anuais trabalhadas no trabalho doméstico, por gênero

SAFE	Trabalho doméstico (Hr)	Trabalho doméstico (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	1107	14,91	882	79,67	225	20,33
2	927	15,85	927	100	0	0,00
3	2190	16,59	2190	100	0	0,00
4	1395	11,26	1395	100	0	0,00
5	1017	11,57	1017	100	0	0,00
6	1199	16,66	1199	100	0	0,00
7	1725	21,30	1725	100	0	0,00
8	300	5,56	300	100	0	0,00
9	2049	16,15	2049	100	0	0,00
10	1980	17,37	1980	100	0	0,00
11	1830	24,90	1680	91,80	150	8,20
12	390	9,29	270	69,23	120	30,77
<b>Média</b>	<b>1.342</b>	<b>15,12</b>	<b>1.301</b>	<b>95,06</b>	<b>41,25</b>	<b>4,94</b>
<b>Soma</b>	<b>16.109</b>	<b>-</b>	<b>15.614,40</b>	<b>-</b>	<b>495</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

As mulheres são, em todos os casos, responsáveis pelo trabalho doméstico, que consiste em atividades de limpar a casa, lavar a louça e a roupa da família, preparar as refeições, gerenciar o estoque de mantimentos e cuidar das(os) filhas(os). O trabalho doméstico é naturalizado como uma responsabilidade feminina é algo naturalizado entre as famílias agricultoras pesquisadas. Apenas a agricultora do SAFE 7 afirmou que gostaria que houvesse divisão do trabalho doméstico com o esposo. Nos SAFEs 3, 6, 7 e 9, o trabalho é dividido entre a agricultora e as filhas, no SAFE 10 essas atividades são divididas entre a agricultora e a sua mãe e nos SAFEs 1 e 12 os filhos dividem as tarefas com as mulheres, entretanto, eles ficam responsáveis principalmente pela limpeza das áreas externas da casa. No SAFE 11, o filho e a filha da agricultora participam do trabalho doméstico, mas a filha trabalha mais horas na atividade (960 horas contra 150 horas do irmão, por ano).



Esses dados da pesquisa confirmam o exposto por Boni (2005), Heredia & Cintrão (2006), Paulilo (2016), Fernandez (2018) e Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (2020) de que existe uma distribuição desigual do trabalho nas famílias agricultoras, pois se constatou que as agricultoras entrevistadas têm uma dupla jornada de trabalho. Além de trabalhar mais horas na agroindústria e na comercialização, elas ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, o que faz com que o seu trabalho represente, em média, o trabalho de duas pessoas, como demonstrado na Tabela 7, a seguir.

**Tabela 7** – Quantidade de pessoas e Unidades de Trabalho Humano (UTH) total e por gênero

SAFE	Pessoas (qtd)	UTH total	Mulheres (qtd)	UTH mulheres	%	Homens (qtd)	UTH homens	%
1	3	3,09	1	1,31	42,42	2	1,78	57,58
2	2	2,43	1	1,29	52,82	1	1,15	47,18
3	4	5,50	3	3,63	65,91	1	1,88	34,09
4	5	5,16	3	2,41	46,73	2	2,75	53,27
5	4	3,66	2	2,16	59,04	2	1,50	40,96
6	3	3,00	2	1,75	58,33	1	1,25	41,67
7	3	3,37	2	2,88	85,19	1	0,50	14,81
8	4	2,25	2	0,25	11,11	2	2,00	88,89
9	4	5,28	3	4,04	76,36	1	1,25	23,64
10	3	4,75	2	3,25	68,42	1	1,50	31,58
11	4	3,00	2	2,00	66,67	1	1,00	33,33
12	3	1,75	1	1,13	64,29	2	0,63	35,71
<b>Média</b>	<b>3,5</b>	<b>3,61</b>	<b>2</b>	<b>2,17</b>	<b>58,11</b>	<b>1,42</b>	<b>1,43</b>	<b>41,89</b>
<b>Soma</b>	<b>42,00</b>	<b>43,33</b>	<b>24,00</b>	<b>26,09</b>	<b>-</b>	<b>17,00</b>	<b>17,06</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A Tabela 7 apresenta a quantidade de pessoas em cada SAFE e as UTH, conforme o método de Lima et al. (1995) para aferição do valor agregado. As mulheres representam, em média, 2,17 UTHs, enquanto os homens representam 1,42 UTHs, tendo uma diferença de 0,75 UTHs a mais para elas. É importante lembrar que o trabalho das agricultoras só é maior do que dos agricultores, porque as horas de trabalho doméstico foram contabilizadas, algo que o método original não previa. Essa inovação metodológica, introduzida nesta pesquisa, é muito importante para a identificação da contribuição das mulheres nos SAFEs, conforme já foi descrito na seção metodológica.

Em termos percentuais, as mulheres representam 58,11% da força de trabalho dos SAFEs, enquanto os homens representam 41,89%. Em oito dos 12 SAFEs, as mulheres trabalham mais de 8 horas por dia, isso porque além de todas as atividades na agroindústria e nos mercados alimentares, elas também são responsáveis por quase todo o trabalho doméstico. Dessa forma, esse dado comprova a dupla jornada realizada pelas agricultoras nos SAFEs, confirmando o exposto por outros estudos, como Carvalho (2004), Heredia & Cintrão (2006), Paulilo (2016) e Lutke & Costa (2019).

O trabalho desempenhado pelas agricultoras gera renda e propicia a reprodução da família, mas frequentemente é invisibilizado das fontes estatísticas oficiais, como argumentado por Pacheco (1997). Para lançar luz a essa questão, a Tabela 8 apresenta a Renda Agroindustrial (RAI) *per capita*, por gênero, dos SAFEs. Dessa forma, é possível comparar a renda gerada por pessoa e por gênero, conforme as horas trabalhadas por cada uma(um). Esses dados permitem demonstrar que a divisão *per capita* comprova que o trabalho das mulheres agrega mais valor do que o trabalho dos homens, quando o trabalho doméstico é considerado na análise.

**Tabela 8** – Renda Agroindustrial per capita e por gênero

SAFE	RAI total (R\$)	RAI per capita (R\$)	RAI per capita mulheres (R\$)	%	RAI per capita homens (R\$)	%
1	174.759,22	56.487,83	74.140,28	42,42	100.618,95	57,58
2	129.867,42	53.278,94	68.596,64	52,82	61.270,78	47,18
3	29.943,98	5.444,36	19.735,80	65,91	10.208,17	34,09
4	1.098.707,11	212.824,62	513.439,40	46,73	585.267,71	53,27
5	314.995,50	86.005,60	185.987,10	59,04	129.008,39	40,96
6	32.155,17	10.718,39	18.757,18	58,33	13.397,99	41,67
7	194.005,77	57.483,19	165.264,18	85,19	28.741,60	14,81
8	233.624,67	103.833,19	25.958,30	11,11	207.666,37	88,89
9	197.635,10	37.377,80	150.912,85	76,36	46.722,25	23,64
10	191.997,14	40.420,45	131.366,46	68,42	60.630,68	31,58
11	24.831,16	8.277,05	16.554,10	66,67	8.277,05	33,33
12	25.938,14	14.821,79	16.674,52	64,29	9.263,62	35,71
<b>Média</b>	<b>220.705,03</b>	<b>57.247,77</b>	<b>115.615,57</b>	<b>59,14</b>	<b>105.089,46</b>	<b>41,89</b>
<b>Soma</b>	<b>2.648.460,36</b>	<b>686.804,29</b>	<b>1.387.048,97</b>	<b>-</b>	<b>1.260.904,63</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A RAI total gerada pelos SAFEs fica em torno de 220 mil reais por ano, quando esse valor é dividido por todos(as) os(as) integrantes da família, chega-se ao resultado de que cada integrante adiciona, em média, 57 mil reais à renda total. Entretanto, quando essa divisão é feita considerando as UTHs de homens e mulheres, tem-se que as mulheres adicionam cerca de 115 mil reais à renda da família, enquanto os homens adicionam cerca de 105 mil reais, em média. Isso quer dizer que as mulheres geram 59,14% da renda dos SAFEs, enquanto os homens geram 41,89%, uma diferença monetária de mais de R\$ 10 mil (10.526,11) por ano.

Essa diferença de geração de rendimentos foi evidenciada pelo aperfeiçoamento do método do valor agregado, o qual se baseia nas horas trabalhadas por cada integrante da família para transformá-los em UTHs, como descrito na seção de metodologia. Outros métodos também já mostraram a importância da participação produtiva e econômica das mulheres na agricultura familiar, como é o caso das Cadernetas Agroecológicas. Por meio das Cadernetas, foi possível identificar que 909 agricultoras, de seis comunidades da região Nordeste do Brasil geraram cerca de R\$ 3.200.000,00 em atividades, como doação, troca, consumo e venda. Esse trabalho demonstrou o quanto a participação das mulheres é importante para geração de renda das famílias, segurança alimentar e preservação ambiental (Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola, 2021)<sup>1</sup>.

Como as mulheres desempenham diversas atividades nos SAFEs, convém decompor a RAI por tipo de trabalho, como se apresenta na Tabela 9 e Figura 2. Nessa tabela, pode-se observar o valor adicionado pelas agricultoras nas quatro atividades investigadas pela pesquisa. Esse cálculo foi feito com base nas UTHs das mulheres e evidencia o quanto as agricultoras geram de renda em cada uma das quatro atividades desempenhadas, conforme o número de horas trabalhadas.

<sup>1</sup> No caso das Cadernetas Agroecológicas, sua contabilidade foi feita por meio de declarações de valores monetários das agricultoras e não um levantamento econômico-financeiro minucioso de custos, valores agregados e rendas como o método de Lima et al. (1995) pressupõe. Por outro lado, as cadernetas abrangem uma dimensão que o presente método não abarca: as dádivas, ou trocas não monetárias. Essas relações são caracterizadas por elos de proximidade e reciprocidade, geralmente ligadas a atividades de cuidado, como alimentação (trocas de alimentos) e saúde (troca de ervas medicinais), desempenhadas majoritariamente pelas mulheres das famílias.

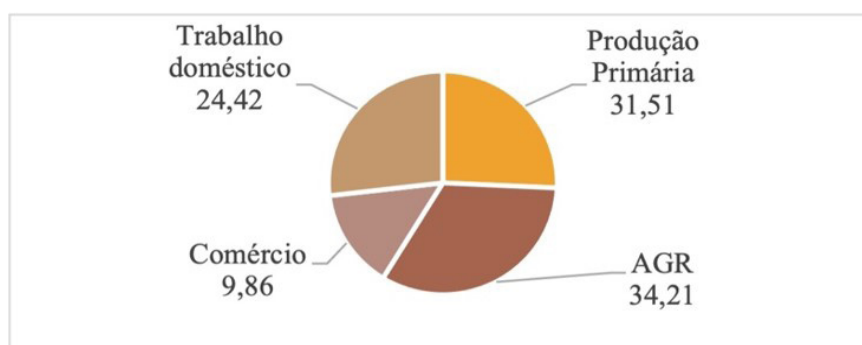
**Tabela 9** – Renda Agroindustrial *per capita* por tipo de trabalho das mulheres

SAFE	Prod. Primária (R\$)	%	AGR (R\$)	%	Comércio (R\$)	%	Trab. Doméstico (R\$)	%
1	14.086,65	19,00	34.845,93	47,00	4.448,42	6,00	20.759,28	28,00
2	6.859,66	10,00	27.438,65	40,00	13.719,33	20,00	20.578,99	30,00
3	6.329,07	32,07	8.438,76	42,76	0	0,00	4.967,98	25,17
4	182.497,11	35,54	182.497,11	35,54	24.740,86	4,82	123.704,31	24,09
5	100.196,52	53,87	37.197,42	20,00	12.148,29	6,53	36.444,87	19,60
6	6.696,31	35,70	4.022,08	21,44	2.682,28	14,30	5.356,51	28,56
7	49.579,25	30,00	49.579,25	30,00	24.789,63	15,00	41.316,04	25,00
8	0	0,00	0	0,00	12.979,15	50,00	12.979,15	50,00
9	51.955,14	34,43	51.955,14	34,43	15.091,29	10,00	31.911,29	21,15
10	10.610,37	8,08	66.188,49	50,38	21.220,74	16,15	33.346,87	25,38
11	0	0,00	7.449,35	45,00	3.310,82	20,00	5.793,94	35,00
12	8.337,26	50,00	5.002,36	30,00	1.667,45	10,00	1.667,45	10,00
<b>Média</b>	<b>36.428,95</b>	<b>31,51</b>	<b>39.551,21</b>	<b>34,21</b>	<b>11.399,85</b>	<b>9,86</b>	<b>28.235,56</b>	<b>24,42</b>
<b>Soma</b>	<b>437.147,35</b>	-	<b>474.462,50</b>	-	<b>136.730,67</b>	-	<b>338.708,45</b>	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A atividade que tem maior geração de renda por parte das agricultoras é o processamento dos alimentos feito na agroindústria. Esse trabalho gera, em média, R\$ 39.551,21 por ano, para as famílias agricultoras, e representa 34,21% da renda total gerada pelas agricultoras nos SAFEs. Em segundo lugar na geração de renda está a produção primária, que agrega R\$ 36.428,95 por ano, à renda da família, essa atividade representa 31,51% da renda total gerada por elas. A terceira atividade que mais gera renda (ou economia de custos) é o trabalho doméstico. Pode-se dizer que as famílias economizam R\$ 28.235,56 por ano, em média, com o trabalho doméstico desempenhado, de forma gratuita, pelas agricultoras, o que perfaz 24,42% da renda total gerada por elas. Por último, as horas dispendidas pelas mulheres com a comercialização geram R\$ 11.399,85, em média, anualmente, o que representa 9,86% da renda.

As agricultoras dos SAFEs investigados trabalham tanto em atividades produtivas, quanto em reprodutivas. O que se destaca é que as atividades reprodutivas perfazem quase 25% da renda gerada por elas. Entretanto, essa economia de custos, que o trabalho doméstico gratuito representa, não retorna a elas como remuneração, pois a renda familiar é indivisível, como Chayanov (1974) já havia mencionado. Além disso, Hirata (2004) afirma que, para as mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados, que lhes é atribuído, é considerado socialmente como uma prova de afeto e amor. Para a autora, esse argumento atribui a elas a carga dessas tarefas, mesmo quando participam também de atividades produtivas.



**Figura 2** – RAI per capita por tipo de atividade: Mulheres. Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Isso não significa que elas não tenham consciência da dupla jornada de trabalho que desempenham. Entretanto, sem a disposição dos homens em redistribuir as tarefas elas continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas, geralmente dividindo esse trabalho com as filhas. A precariedade de serviços públicos disponíveis para auxiliar essas mulheres também é um fator a ser observado. Nos espaços rurais, o acesso à saúde e à educação é bastante limitado pela distância dos centros urbanos e, frequentemente, pelo mau estado das estradas. Dessa forma, as mulheres acabam se dedicando a todo tipo de trabalho de cuidados: dos(das) filhos(as), netos(as) e pessoas idosas, principalmente no que tange à saúde, à educação e à alimentação, atividades necessárias para a reprodução social dos seres humanos (Nobre, 2004; Carrasco, 2017; Demetrio, 2019).

A decomposição da renda agroindustrial por tipo de atividade é feita com base na renda total gerada pelos SAFEs, por isso, em alguns casos, a contribuição do trabalho das mulheres é maior e, em outros, menor. Entretanto, isso não significa, necessariamente, que nos SAFEs com menor RAI, as horas de trabalho das mulheres sejam menores. O SAFE 11, por exemplo, é o que apresenta menor RAI (R\$ 24.831,16), mas os(as) integrantes da família trabalham, em média, 8 horas por dia. Essas diferenças de rendimento se devem por outros fatores, além das horas de trabalho, como escala dos SAFEs, importância econômica da agroindustrialização na renda das famílias, valor agregado aos alimentos, mercados construídos, entre outros fatores.

A contribuição dos homens na geração de renda dos SAFEs se encontra na Tabela 10. A partir desses dados, pode-se concluir que a atividade em que os homens geram mais renda é a produção primária, que perfaz 75,50% da renda total gerada por eles. Em média, eles geram, nessa atividade, R\$ 79.340,94 por ano, para suas famílias, variando entre R\$ 457.572,94 (SAFE 4) e zero (SAFE 7).

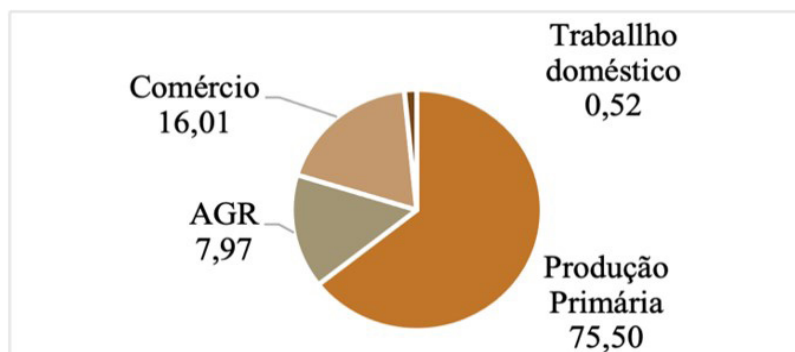
**Tabela 10** – Renda Agroindustrial *per capita* por tipo de trabalho dos homens

SAFE	Prod. Primária (R\$)	%	AGR (R\$)	%	Comércio (R\$)	%	Trab. doméstico (R\$)	%
1	80.495,16	80,00	7.414,03	7,37	7.414,03	7,37	5.295,73	5,26
2	42.889,55	70,00	0	0,00	18.381,23	30,00	0	0,00
3	5.104,09	50,00	3.062,45	30,00	2.041,63	20,00	0	0,00
4	457.572,94	78,18	0	0,00	127.694,77	21,82	0	0,00
5	96.756,30	75,00	25.801,68	20,00	6.450,42	5,00	0	0,00
6	4.019,40	30,00	9.378,59	70,00	0	0,00	0	0,00
7	0	0,00	0	0,00	28.741,60	100	0	0,00
8	155.749,78	75,00	51.916,59	25,00	0	0,00	0	0,00
9	37.377,80	80,00	0	0,00	9.344,45	20,00	0	0,00
10	60.630,68	100	0	0,00	0	0,00	0	0,00
11	7.790,17	94,12	0	0,00	0	0,00	486,89	5,88
12	3.705,45	40,00	2.964,36	32,00	1.852,72	20,00	741,09	8,00
<b>Média</b>	<b>79.340,94</b>	<b>75,50</b>	<b>8.378,14</b>	<b>7,97</b>	<b>16.826,74</b>	<b>16,01</b>	<b>543,64</b>	<b>0,52</b>
<b>Soma</b>	<b>951.932,30</b>	<b>-</b>	<b>100.537,70</b>	<b>-</b>	<b>201.920,86</b>	<b>-</b>	<b>6.513,77</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

As atividades nas quais os homens menos contribuem para geração de renda são o processamento dos alimentos nas agroindústrias e o trabalho doméstico. Seis dos 12 homens trabalham nas agroindústrias e geram, em média, R\$ 8.378,14 por ano, que representa 7,97% do total de renda gerado por eles. No comércio, os homens geram R\$ 16.826,74 por ano, em média, o que representa 16,01% da renda gerada por eles. Já no trabalho doméstico,

desempenhado apenas pelos filhos, a renda gerada, em média, fica em torno de 500 reais por ano, cerca de 0,52% da renda total gerada por eles. A Figura 3 demonstra a distribuição da geração de renda feita pelos homens.



**Figura 3** – RAI per capita por atividade: Homens. Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Os dados demonstram que a participação dos homens no trabalho doméstico ainda é muito pequena, o que gera uma sobrecarga para as mulheres da família. Dessa forma, os resultados da pesquisa confirmam a afirmação de Paulilo (2016) de que a inclusão das mulheres em atividades produtivas não reconfigura, em curto prazo, a divisão do trabalho doméstico. A naturalização dos papéis sociais de gênero faz com que as mulheres assumam essa carga de trabalho, e quando a questionam não há abertura dos homens para discutir a questão e transformar essas relações.

Estes dados corroboram com o exposto por Jesus et al. (2018), sobre as horas trabalhadas por mulheres e homens em atividades domésticas, com base nas *Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios* (PNADs) dos anos de 2003, 2008 e 2013. As autoras e o autor identificaram que, aos 40 anos, as mulheres trabalham cerca de 4 horas por dia em tarefas de cuidado do lar, enquanto os homens da mesma idade dedicam menos de uma hora por dia para isso. Assim, a falta de metodologias capazes de mensurar a contribuição do trabalho doméstico para a manutenção das atividades que geram renda é um dos fatores que contribui para que esse cenário se perpetue nas sociedades, inclusive em sua face rural e, em atividades ecológicas, que poderiam autonomizar mais as mulheres. A diferença crucial é que estas mulheres, dos 12 SAFEs pesquisados trabalham com alimentos ecológicos, entretanto, fora a agricultora do SAFE 7, a maioria não está inserida em movimentos ecológicos ou de mulheres, que talvez, poderiam gerar dinâmicas mais ativas e politizadas para as mulheres dentro do SAFEs.

O que se pode notar é que apesar do aumento significativo da força de trabalho feminina nos espaços rurais a participação das mulheres na produção familiar ainda é pouco reconhecida, pois suas atividades não são percebidas como trabalho. A inclusão produtiva das agricultoras na unidade de produção familiar nem sempre vem acompanhada pela transformação da posição de subordinação das mulheres na hierarquia da família. Desse modo, a identidade social das mulheres, frequentemente permanece centrada nos papéis de mãe e esposa, gerando poucas mudanças nas relações sociais de gênero, expressas por exemplo na carga de trabalho doméstico destinada a elas (Carneiro, 2013).

Dessa forma, é importante demonstrar que, o trabalho doméstico, quando incluído na medição do valor agregado, evidencia que as mulheres nos SAFEs trabalham mais horas e geram maior renda que os homens. Sua contribuição não se limita ao processamento de alimentos, mas abrange, também, a construção de mercados alimentares, trabalho doméstico



e produção primária. Assim, as mulheres desempenham um papel essencial nos SAFEs, sendo cruciais para sua operação e tornando a produção agroindustrial economicamente viável.

### Considerações finais

Neste artigo foram analisadas as contribuições das mulheres rurais nos SAFEs, demonstrando quantas horas as famílias agricultoras trabalham nas diversas atividades, quanta renda cada atividade gera e a importância do trabalho delas. Através do método aplicado, foi possível identificar as horas trabalhadas de todas(os) as(os) integrantes da família, para evidenciar a contribuição individual para a renda familiar. As descobertas revelam o papel central das agricultoras no surgimento e no desenvolvimento das atividades dos SAFEs. Elas se sobressaíram em lugares antes ocupados pelos homens da família, como assistência técnica, sindicalismo e cooperativas, tornando-se pilares na formação de novos mercados alimentares, sejam os institucionais e digitais.

Assim, evidenciou-se que as mulheres desempenham trabalhos que são invisibilizados mas essenciais para a continuidade do trabalho na agricultura. Elas dedicam várias horas de trabalho em atividades reprodutivas, na produção primária, na agroindustrialização e na construção de mercados alimentares. A dupla jornada é uma realidade cotidiana dessas mulheres, destacando que cerca de 75% das horas trabalhadas na agroindústria e 95% das horas de trabalho doméstico são desempenhadas por elas. Além disso, o método permitiu demonstrar que a contribuição delas no trabalho doméstico adiciona um valor anual médio de cerca de 28 mil reais aos SAFEs.

A presença significativa das agricultoras na comercialização dos SAFEs demonstra que estão ocorrendo algumas transformações, que apontam para elementos distintos de observações de pesquisas anteriores. Sua crescente autonomia e seu envolvimento em espaços de decisão e gestão são evidências do seu protagonismo nos SAFEs. Contudo, foi possível identificar que a inclusão produtiva das mulheres na agroindustrialização não reconfigura totalmente os papéis sociais de gênero. Dessa forma, a predominância das mulheres no trabalho doméstico aponta para a necessidade de uma reavaliação contínua dos papéis de gênero socialmente atribuídos pelas sociedades, tanto rurais quanto urbanas. Embora os SAFEs apresentem características distintas em comparação com estudos clássicos sobre agricultura familiar, é inegável que as mulheres estão conquistando mais autonomia, demonstrada pela maior participação e independência financeira alcançada por muitas.

### Referências

- Abramovay, R. (1992) *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Agência de Notícias IBGE. (2019, abril 26). *Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas*. Rio de Janeiro. Recuperado em 31 de outubro de 2021, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>
- Barbosa, L. (2009). Tendências da alimentação contemporânea. In M. Lavra Pinto & J. K. Pacheco (Eds.), *Juventude, consumo e educação 2* (pp. 15-64). São Paulo: ESPM.
- Barrett, C. B., Benton, T. G., Fanzo, J., Herrero, M., Nelson, R. J., Bageant, E., & Wood, S. (2020). *Socio-technical innovation bundles for agri-food systems transformations*. London: Cornell Atkinson Center for Sustainability and Springer Nature.

- Bastian, L., Waquil, P. D., Amin, M. C., & Gazolla, M. (2014). Agroindústrias familiares e não familiares: uma análise comparativa. *Redes*, 19(3), 51-73. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v19i3.2679>
- Boni, V. (2005). *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares: um estudo na região oeste de Santa Catarina* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 12(1), 360.
- Brunori, G., Cerruti, R., Medeot, S., & Rossi, A. (2018). Looking for alternatives: the construction of the organic beef chain in Mugello, Tuscany. *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, 7(1/2), 126-143.
- Capra, F. (2006). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos* (256 p.). São Paulo: Cultrix.
- Carneiro, M. J. (2013). Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2(1), 11-22.
- Carrasco, C. (2017). La economía feminista: un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz*, 91(1), 53-77.
- Carvalho, I. P. (2004). *Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002)* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Chayanov, A. (1974). *La organización de la unidad económica campesina* (342 p.). Buenos Aires: Editora Nueva Vision.
- Demetrio, M. (2019). *Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial das mulheres do campo de Guarapuava* (Monografia de graduação). Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava.
- Fanzo, J., Haddad, L., McLaren, R., Marshall, Q., Davis, C., Herforth, A., Jones, A., Beal, T., Tschirley, D., Bellows, A., Miachon, L., Gu, Y., Bloem, M., & Kapuria, A. (2020). The Food Systems Dashboard is a new tool to inform better food policy. *Nature Food*, 1(5), 243-246. <http://dx.doi.org/10.1038/s43016-020-0077-y>
- Federici, S. (2019). Salários contra o trabalho doméstico (1975). In S. Federici (Ed.), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Fernandez, B. P. M. (2018). Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política*, 38(3), 558-583. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>
- Food and Agriculture Organization – FAO. (2011). *El estado mundial de la agricultura y la alimentación: las mujeres en la agricultura cerrar la brecha de género en aras del desarrollo*. Roma: FAO.
- Food and Agriculture Organization – FAO. (2017). *Global Panel Urban diets and nutrition: trends, challenges, and opportunities for policy action* (Policy Brief, No. 9). London: Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition.
- Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola – FIDA. (2020). *Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020*. Salvador: FIDA.
- Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola – FIDA. (2021). *Análise de um ano de uso das cadernetas agroecológicas nos projetos apoiados pela FIDA no Brasil*. Salvador: FIDA.

- Gazolla, M., Demetrio, M., Fantin, L. M., & Borelli, I. (2022). Agroindústrias rurais, políticas públicas e desenvolvimento regional: um perfil da agroindustrialização brasileira com base nos dados do Censo Agropecuário 2017. *Redes*, 27(1), 1-24. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v27i1.16727>
- Gazolla, M., Lima, A. J. P., & Brignoni, C. (2018). Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 49, 239-263. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v49i0.51681>
- Henning, C. C. (2010). *Dinâmica agrária e desenvolvimento local: emergência e efeitos econômicos diretos e indiretos da agroindustrialização familiar de pequeno porte em Constantina/RS* (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.
- Heredia, B. M. A., & Cintrão, R. P. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, 9(8), 1-28. <http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1443>
- Hirata, H. (2004). Trabalho doméstico: uma servidão voluntária. In M. Silveira & T. Godinho (Eds.), *Gênero e feminismo: desvelando trajetórias*. São Paulo: CEM/PMSP.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sistema de Recuperação Automática de Dados – SIDRA. (2017). *Censo agropecuário 2017*. Rio de Janeiro.
- Jesus, J. C., Wajnman, S., & Turra, C. M. (2018). Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência. In *Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- Lima, A. P., Basso, N., Neumann, P. S., Santos, A. C., & Müller, A. G. (1995). *Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidade de trabalho com agricultores*. Ijuí: Editora da UNIJUI.
- Lutke, V., & Costa, C. (2019). Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: uma discussão a partir de Santana do Livramento – RS. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 14(32), 266-292.
- Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1), 299-322.
- Mior, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. São Paulo: Argos.
- Niederle, P., Schneider, S., & Cassol, A. (2021). *Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Nobre, M. (2004). Trabalho doméstico e emprego doméstico. In A. A. Costa, E. M. Oliveira, M. E. B. Lima & V. Soares (Eds.), *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (pp. 61-70). São Paulo: Cut Brasil.
- Pacheco, M. E. L. (1997). Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. *Proposta*, 25(71), 30-38.
- Paulilo, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), 64-70.
- Paulilo, M. I. (2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 56(2), 285-310.
- Paulilo, M. I. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC.
- Ploeg, J. D. V. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Editora Campus.
- Sassateli, R. (2015). Contestação e consumo alternativo: a moralidade política da comida. *Tessituras*, 3(2), 10-34.
- Schwendler, S. F. (2009). A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In B. M. Fernandes, L. S. Medeiros & M. I. Paulilo (Eds.), *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Sousa, E. (2019). *Atributos de qualidade valorizados pelos consumidores de produtos agroalimentares em cadeias curtas de proximidade espacial* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo.
- Veiga, J. E. (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec.
- Wilkinson, J. (2008). *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

**Recebido:** Outubro 31, 2021

**Aceito:** Janeiro 19, 2024

**JEL Classification:** Q01